

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Estado do Paraná

CLASS. : 38

DATA : 14.09.84

PG. : _____

190 Andreazza analisa a questão da mineração

BRÁSILIA/SÃO PAULO/BELÉM — “Não fixamos prazo, nem temos pressa, porque esses assuntos têm de ser estudados e analisados profundamente”. Esta é a posição do ministro do Interior, Mário Andreazza, com relação à portaria que a Fundação Nacional do Índio deverá baixar para estabelecer parâmetros de convivência entre as comunidades indígenas e as companhias mineradoras, com base no decreto presidencial que regulamenta artigo do Estatuto do Índio.

Andreazza destacou que nem a lei nem o decreto presidencial estão sendo discutidos, numa alusão às declarações do presidente da Funai, Juandy Fonseca, que se recusou a assinar a portaria argumentando que não queria passar para a história como genocida. Um dos parâmetros que a Funai está analisando, segundo o ministro, é que somente será permitida a exploração mineral em áreas indígenas já demarcadas.

Sem entrar em detalhes na explicação e de seus conceitos, Andreazza comentou que a mineração será autorizada apenas “em casos excepcionais e quando o minério estiver no subsolo, conforme a lei”. O ministro não quis confirmar nem se o que ele chamou de “normas de convivência entre mineradores e comunidades indígenas”, estarão fixadas antes do final do ano.

PATAXÓS

Enquanto isso, a Funai está encontrando dificuldades para restabelecer o diálogo com os índios Pataxós - Ha-Ha-Hae, da Bahia, apesar do trabalho

que está sendo desenvolvido por um grupo de trabalho que está na área, segundo admitiu, em Brasília, o presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, que está preocupado com a possibilidade de eclodir um conflito armado entre índios e fazendeiros”. A situação na área é de impasse - disse ele - pois os índios parecem ter perdido a confiança na Funai, enquanto permanecem ilhados na fazenda São Lucas, cercados pelas fazendas onde já estão sendo construídas inclusive guaritas de segurança”.

O grupo de trabalho da Funai está tentando encontrar uma solução genocida para o problema dos Pataxós, que reivindicam uma área de 36.000 hectares correspondida à antiga reserva indígena Caramuru - Paraguassu de onde foram expulsos, no passado. Na área existem, atualmente, quase 400 propriedades instaladas, entre fazendas, posses e áreas arrendadas. A região, produtora de cacau, arrecada por ano, em torno de Cr\$ 200 bilhões.

O presidente da Funai ao defender uma solução negociada para o caso, admitiu que dificilmente os índios conseguirão toda a área que pleiteam. “Ainda que conseguissem - afirmou - como estes índios viveriam na região, onde a população a cada dia mais se indispõem com os Pataxós? Além disso como a Funai poderia assumir toda a área, que é a maior produtora de cacau da Bahia?” Jurandy disse que a Funai está tentando dialogar com os índios, que a cada dia estão mais fechados, desconfiando das

intenções de todos que tentam conversar sobre a questão de suas terras.

DENÚNCIA

Por outro lado, a Associação dos Criadores de Nelore do Brasil enviou carta ao presidente João Figueiredo para denunciar “as manobras das mineradoras multinacionais, que, utilizando-se de missões religiosas, vem pleiteando criação de parques indígenas em regiões de subsolo rico em minérios, mesmo que não sejam habitados por índios, a fim de obterem concessões para explorar o subsolo”.

Na carta ao presidente João Figueiredo, o presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mário Junqueira, de Azevedo, diz: “O recente pedido de demissão do presidente da Funai, que se recusou a concordar com o decreto autorizando as mineradoras multinacionais explorarem o subsolo das terras indígenas, é a prova cabal dessas manobras. As terras indígenas, já criadas com 13 quilômetros quadrados por um índio, já são suficientes para a comunidade indígena e devem ser preservadas, mas criar novas reservas indígenas em regiões com grande produção agro-pastoril, onde não existem índios, mas são levados por missões religiosas para fixá-los, não passam de interesses de mineradores multinacionais, camuflados de defensores de princípios cristãos”.

A carta termina com um apelo para que o presidente Figueiredo “rejeite o decreto concedendo o subsolo das terras indígenas para as mineradoras”.